CONCURSO PÚBLICO C-333 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO**EDITAL - JULGAMENTO RECURSOS 1ª ETAPA - PROVA OBJETIVA SELETIVA**

A Comissão de Concurso C-333, para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, hoje reunida em sessão pública, divulgou o resultado do julgamento de recursos interpostos por 65 (sessenta e cinco) candidatos, referentes a 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva Seletiva - 1ª Etapa -, realizada no dia 27 de julho de 2014.

Após o julgamento, foi realizada a identificação de cada recurso, como a seguir:

Recurso	CANDIDATO	Ins	Questões
01	AUGUSTO ALVES CASTELO BRANCO DE SOUZA	414	32, 37 e 86
02	JOÃO PAULO ALCÂNTARA PEIXOTO	440	32, 37 e 86
03	IGOR ZWICKER MARTINS	070	03, 05, 12, 24, 32, 53, 56, 76, 81, 86 e 98
04	RICARDO CLAUDINO SALES COSTA	195	03, 53, 56, 86, 88 e 98
05	DJALMA SEXTO NUNES FERNANDES	090	03, 04, 05, 11, 12, 24, 32, 41, 53, 56, 59 e 86
06	FERNANDA BEZERRA TEIXEIRA	474	03, 24, 32, 52, 79 e 86
07	MARINA LOPES FERREIRA	547	24, 32, 56, 59, 86 e 88
08	MAYANNA BAHIA AMARO	246	03, 04, 05, 32 e 59
09	LÍVIA HOLANDA RÉGIS LIMA	633	05, 37 e 86
10	ANDRÉ PEREIRA DE SOUZA	453	24, 32, 56 e 86
11	JAMILLE RACHEL MARTINAZZO	251	09, 13, 32, 56, 59, 78, 86 e 92
12	CRISTINA FELÍCIO DRUMMOND DE CASTRO FRANCHI	521	05, 12, 32 e 86
13	MARLON CARVALHO DE SOUSA ROCHA	172	03, 12, 24, 32, 53, 56 e 86
14	FRANTHIELLA SCHEROLT FRAMARIN	661	04, 05, 12, 24, 28, 32, 53, 56, 59 e 86
15	VERONICA CARVALHO FERREIRA	162	32, 57, 59, 62, 74 e 98
16	ARIADNA FERNANDES SILVA	639	04, 12, 24, 30, 32, 56, 86 e 92
17	EDUARDO TORRES CAPRARA	122	01, 04, 05, 12, 32 e 56
18	JOSIANE COELHO DUARTE CLEMENTE	454	03, 04, 13, 24, 32 e 61
19	DANIEL GONÇALVES PONTES SODRÉ	491	05, 08, 10, 12, 24, 32, 48, 57, 81 e 86
20	RENATA DE PAULA PRADO ALMEIDA	526	05, 32, 41, 48, 56, 79 e 86
21	TALISSA LUNARDI SBROGLIO	349	03, 05, 12 e 86
22	DANIELE ADRIANA STANISLOWSKI	268	03, 12, 24, 32, 56 e 86
23	MARIA ISABEL MOURA DE DEUS	171	05, 12, 26, 28, 32, 46 e 86
24	FRANCISCO FLÁVIO CARLOS DA SILVA	569	05, 13, 20, 59 e 86
25	SHAUÃ MARTINS CASAGRANDE	155	08, 20, 22, 56, 68 e 88
26	VERÔNICA CARNEIRO DE AGUIAR	690	03, 04, 05, 12, 24, 32 e 59
27	MARCOS VINÍCIUS DE PAULA SANTOS	527	03, 05, 12, 13, 15, 24, 32, 37, 53, 56 e 86

28	HUGO RAPHAEL DA COSTA DIAS	020	05, 12, 22, 32, 37, 59, 86 e 98
29	GRACIANA MAUTARI NIWA	042	12, 13, 28, 32, 56, 86 e 91
30	FABIANA LOPES ANDRADE	350	03, 05, 32 e 86
31	SIBELY VIRGILIO BLECK	007	32, 53, 59, 86 e 98
32	MARIA APARECIDA ROCHA MIRANDA	692	05, 32 e 86
33	DAMARES CUNHA DORNELES VAZ	312	03, 05, 12, 14, 22, 26, 28, 32 e 86
34	PALOMA DANIELE BORGES DOS SANTOS COSTA	352	05, 25, 28, 32, 57 e 86
35	BRUNO LEITE PINTO	488	03, 12, 13, 24, 32, 37, 51, 56, 59, 86 e 88
36	MICHELE MOREIRA ROCHA	365	03, 05, 08, 12, 24, 50, 53, 59, 60, 79, 86, 92 e 94
37	NINA ROSA DE SOUZA AQUINO	455	12, 32, 48, 57, 79, 86 e 91
38	ANDRÉ NÓBREGA PORTO	120	03, 05, 12, 13, 22, 24, 32, 79 e 86
39	LEONARDO NEVES DE SOUSA	123	05, 13, 22, 24, 32 e 86
40	MARIANNE SOARES MANIÇOBA TENÓRIO	622	05, 12, 32, 37, 53, 59, 79 e 86
41	MÁRCIO JUNIOR CIPRIANO BISPO	008	32, 37 e 79
42	ÉLIDA KEANIDES SARGES HARADA	076	04, 12, 24, 32, 53, 60 e 86
43	FRANCISCO GEORGE DE OLIVEIRA GONÇALVES	197	03, 05, 12, 32, 53 e 86
44	MARLENE DE GOUVEIA LARANJA	676	03, 32 e 86
45	FRANCIELLE DE SOUZA MACEDO	071	03, 32 e 86
46	ANDRE GOMES SILVESTRE	006	04, 05, 13, 28, 37, 53, 84 e 86
47	MARIANA MATSDORF MADALOZZO	059	03, 32, 53, 59, 61 e 86
48	CAROLINA FIGUEIREDO ALEXANDRE	031	05, 12, 22, 24, 25, 56, 57 e 86
49	CLAUDIO DE ALCÂNTARA FERREIRA	686	05, 12, 32, 56, e 86
50	RENAN PASTORE SILVA	050	01, 03, 05, 56 e 86
51	ANELISA MARCOS DE MEDEIROS	296	01, 03, 32, 37, 56 e 86
52	RHIANE ZEFERINO GOULART	022	03, 05, 32, 53 e 86
53	FLÁVIA OLIVIA SILVA ROSA	257	03, 12, 32, 41, 56, 59 e 76
54	ISABELLE MENDONÇA PESSOA VASCONCELOS	632	03, 04, 12, 13, 24, 32, 56, 57, 79, 86 e 98
55	TÉRSIA DE SÁ SEPÚLVEDA	435	04, 13, 25, 32, 53, 56, 57 e 86
56	VIVIANE GOMES VITOR	327	05, 12, 24, 32, 53, 56, 57, 79, 86 e 92
57	ANTÔNIO EMÍLIO NUNES ROCHA	642	03, 04, 05, 24, 32, 37, 41, 53, 56, 59, 76, 79, 81, 86, 88 e 98
58	SIMONE BATISTA	559	05, 24, 32, 59 e 86
59	PEDRO HENRIQUE GUEDES BUENO	292	03, 05, 30, 32, 53, 59 e 86
60	ANDERSON RIBEIRO GOMES	205	02, 04, 09, 12, 15, 22, 24, 32, 51, 57, 81, 82,

			86, 92 e 98
61	DIEGO PEREIRA DE OLIVEIRA	111	01, 24, 32, 44, 56, 79, 86 e 92
62	TATIANA FERREIRA DE ALMEIDA	486	05, 12, 13, 22, 24, 32, 41, 53, 56, 59, 79 e 86
63	EDUARDO SOARES DO COUTO FILHO	580	24, 32 e 86
64	PATRICIA BERGAMINI	321	01, 03, 05, 12, 24, 32, 56, 59, 76, 86 e 92
65	ÉERICA CRISTINA FERREIRA DE CARVALHO DELLAZARI	595	02, 04, 05 e 12

Quanto aos recursos apresentados regularmente (interpostos no prazo - Itens 7.1 e 7.12.1; identificação somente da petição - item 7.2; com fundamentação - item 7.3) e conhecidos, após análise circunstanciada de seu teor, adotando a fundamentação a seguir especificada, a Comissão de Concurso, À UNANIMIDADE de seus membros, **RESOLVEU**: 1 - **ANULAR** as questões n. **03, 05, 12, 13, 14, 24, 32, 44, 59, 79, 86 e 88**; 2 - **REJEITAR** os recursos relativos às demais questões. Obedecendo aos termos dos itens 7.7 e 7.8 do Edital, coube a cada um dos membros da Comissão de Concurso, na qualidade de Relatores, em sessão pública especialmente convocada para esse fim, julgar os recursos que haviam sido previamente distribuídos, por sorteio e alternadamente.

Os recursos foram ordenados segundo numeração aposta aleatoriamente pela Secretária do Concurso, no momento de interposição de cada recurso. Porém, visando à racionalização dos trabalhos, o exame dos recursos foi realizado segundo o número da questão.

Após a compilação das razões apresentadas pelos três Relatores, a Comissão de Concurso divulga as fundamentações de cada questão, como a seguir:

QUESTÃO 01

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 50 e 51; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 17 e 61; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 64.

PARECER: A questão reporta exclusiva análise do texto contido na Lei nº 7.783/89, portanto a única alternativa incorreta é a letra "C", uma vez que a tese de contratação de empregados substitutos antes da celebração coletiva, não se encontra prevista no referido normativo.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 02

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 65; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 60.

PARECER: Aqui não se trata de interpretação da jurisprudência, mas apenas simples transcrição da Constituição Federal, logo as decisões do TST não servem como apoio a questão. Por fim, a Constituição Federal estabelece que seja garantido a todo trabalhador, dentre outros, o direito à irredutibilidade salarial e a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais (art. 7º, VI e XIII). No entanto, a própria Constituição estabelece que sejam garantidos os direitos citados acima, salvo condição diversa firmada por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 03

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 06, 13, 38, 43, 47, 50, 51 e 52; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 04, 08, 18, 21, 26, 30, 44, 45 e 59; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 22, 27, 33, 35, 36, 53, 54, 57 e 64.

PARECER: De acordo a Súmula 369, I, do TST, estão corretas as duas alternativas apontadas nos recursos, as letras "B" e "E".

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 03, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 04

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 16, 42, 46, 55 e 65; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 08, 14, 17, 18 e 26; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 05, 54, 57 e 60.

PARECER: No que diz respeito que não há previsão no edital de Convenções da OIT, não merece provimento. Tal ordenamento internacional é parte fundamental do Direito do Trabalho Nacional e integra nosso ordenamento jurídico. De acordo com o artigo 8º da CLT. O texto constitucional faz alusões ao direito coletivo, deixa clara a certeza da letra "E" como incorreta. Outrossim, no que diz respeito que não há previsão no edital de Convenções da OIT, de igual forma não merece provimento. Tal ordenamento internacional é parte fundamental do Direito do Trabalho Nacional e integra nosso ordenamento jurídico. Ainda, a questão não estando prevista em OJ ou Súmulas, não fica invalidada, uma vez que o comando se refere à posição majoritária da SDI I do TST, não de matéria sumulada. A competência do TST resta sedimentada em caso de o litígio coletivo ultrapassar a base territorial de um determinado Tribunal. Por fim, a Convenção 154 da OIT dispõe que só pode norma coletiva ser celebrada com a participação de entidade sindical, devidamente legitimada e representativa, não podendo os agentes empregado/empregador diretamente normatizarem diploma coletivo.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 05

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 09, 34, 38, 39, 43, 46, 48, 50, 52, 58 e 65; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 08, 12, 14, 17, 21, 24, 26, 30, 32, 49, 56 e 59; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 19, 20, 23, 27, 28, 33, 36, 40, 57, 62 e 64.

PARECER: O artigo 59 da CLT aponta como correta a questão "A", tendo a Comissão apontado a letra "C" também como correta, então a questão deve ser anulada.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 05, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 08

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 25; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira -

Recurso(s) 19 e 36.

PARECER: Não há razão. A assertiva "B" está correta. A situação específica invocada pelo próprio recorrente (aplicação do art. 39 da Lei 8.177/91) também condiz com o conteúdo da alternativa "B", não havendo no recurso argumento contrário ao disposto na assertiva impugnada. A assertiva "E" contém afirmação incorreta, eis que ao referir-se ao diretor como "o empregado...", não se pode falar em faculdade da empresa de incluí-lo no regime do FGTS. O diretor - empregado é obrigatoriamente participante do FGTS nos termos da Lei.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 09

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 11 e 60.

PARECER: Não há razão aos recorrentes. A um, a alternativa "A" não está em consonância com a Súmula 440 do Colendo TST, pois aponta como "**única exceção**" à regra da suspensão das obrigações principais do contrato de trabalho, a hipótese de recebimento de auxílio-doença acidentário. No entanto, nos termos da Súmula 440 do Colendo TST, o plano de saúde ou de assistência médica, também é assegurado em face da aposentadoria por invalidez. A dois, o recurso 60 é inepto porquanto apresenta oposição e fundamentação que não constituem o conteúdo da alternativa "B".

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 10

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 19.

PARECER: Não tem razão. Primeiramente, a questão não foi extraída da ementa de julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 600.057-0, de relatoria do ex-Ministro Eros Grau, pelo que não foi exigido do candidato o conhecimento da literalidade da referida ementa. Os acórdãos precedentes e que levaram à alteração da Súmula n. 244 mencionam o entendimento dominante do STF no RE 634093 AgR / DF - DISTRITO FEDERAL -AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. Celso de Mello. Por fim, a supressão da palavra "**jurídico**" não altera o sentido da alternativa e, por conseguinte, da regra nele inserida.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 11

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 05.

PARECER: Não tem razão, pois a alternativa "A" está correta, consoante o art. 193 da CLT, sendo que a "intermitência" nada mais é do que um dos vieses do conceito de permanência.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 12

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 13, 16, 38, 42, 43, 48 e 65; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 12, 14, 17, 21, 26, 37, 49 e 56; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03,

05, 19, 22, 23, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 40, 53, 54, 60, 62 e 64.

PARECER: Os recursos devem ser admitidos, pois da análise da questão verifica-se que, por equívoco de digitação, constou que a Lei 5.654/79 veio a regulamentar quais atividades poderiam ser objeto de terceirização, quando o correto seria nos termos da Lei 5.645/70.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 12, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 13

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 38, 39, 46 e 55; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 18 e 24; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 11, 27, 29, 35, 54 e 62.

PARECER: Da análise da alternativa "D", constata-se que, de fato, restou suprimido o requisito essencial "idêntica função" para a hipótese de equiparação salarial.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 13, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 14

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 33.

PARECER: Há razão nas razões do recurso, pois o trabalho do atleta é regido pela Lei 9.615/98, com as alterações implementadas pela Lei 12.395/2011.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 14, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 15

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 27 e 60.

PARECER: A assertiva "E" contém a seguinte proposição: "A Convenção nº 111 da OIT considera discriminação toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por fim alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão". Desta feita, a expressão "toda e qualquer" torna a alternativa incorreta, pois altera o sentido da norma, já que a Convenção **exclui** aquelas diferenças ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego, nos termos do art. 1, item 2.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 20

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 25; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 24.

PARECER: Assertiva "C" está correta, sendo que a transcrição de uma única opinião não é o suficiente para invalidar a disposição contida no art. 384 da CLT. Além do mais, tanto o intervalo não é computado que o descanso suprimido é remunerado como hora extraordinária. A alternativa "E" está incorreta, pois, nos termos do art. 132 da CLT, o prazo para retorno do empregado após a baixa do serviço militar é de **90 (noventa) dias**, para que tenha direito ao cômputo do período anterior. A redação da alternativa "E"

restringe o prazo para o retorno do emprego ao serviço, contrariando o disposto no art. 132 da CLT.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 22

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 25, 38, 39 e 48; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 28, 33, 60 e 62.

PARECER: A alternativa "A" está correta, pois em consonância com os arts. 389 e incisos e 390 da CLT. A alternativa "D" está correta nos termos da Lei 5.889/73, art. 7º, parágrafo único, já que o uso do termo "agrícola" não modifica o seu sentido dentro dos limites de sua proposição. A assertiva usou o termo "agrícola" para determinar a qualificação do trabalhador e, segundo o dicionário Houaiss, um dos sinônimos de lavoura é agricultura.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 24

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 06, 13, 16, 38, 39, 42, 48 e 58; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 10, 14, 18, 26, 56, 61 e 63; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 07, 19, 22, 27, 35, 36, 54, 57, 60, 62 e 64.

PARECER: O Enunciado requer que seja assinalada a alternativa incorreta, apontando o gabarito a letra "D" para essa finalidade. Todavia, a questão apresenta outra alternativa incorreta, a assertiva "E", contrariando o item 8.4.2 do Edital, pelo que a questão deve ser anulada.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 24, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 25

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 34, 48 e 55.

PARECER: Todos os argumentos recursais são insubsistentes. O item I contém alternativa incorreta porque apresenta equivalência (na expressão "assim como...") entre o princípio da legalidade na administração pública e o princípio da autonomia da vontade no âmbito privado; no primeiro, a administração pública está limitada ao que dita a lei, diversamente do particular, a quem é permitido tudo o que não for proibido. (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª ed. São Paulo: Saraiva. P. 61). No recurso 55, o candidato transcreve trecho de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, no qual a ilustre jurista justifica a distinção entre ambos os princípios.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 26

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 23 e 33.

PARECER: Nenhum dos argumentos merece acolhida. A questão 26 exigia, em seu comando, a assinalação da alternativa **incorreta**. A alternativa "A" está assim redigida: "O ato administrativo pode ser conceituado como toda medida, de natureza unilateral ou bilateral,

editada pelo Estado, por meio de seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha, nas mãos, fração de poder delegada pelo Estado, que tem por finalidade imediata criar, reconhecer, modificar, resguardar ou extinguir situações jurídicas subjetivas, em matéria administrativa." Trata-se de assertiva incorreta porquanto o ato administrativo é **sempre unilateral** e não se confunde com o contrato administrativo (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17^a ed. São Paulo: Saraiva. P. 112 - GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Tratado de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 431). No tocante à alternativa "C", essa assim se apresenta: "Quanto à natureza do conteúdo, os atos administrativos podem ser classificados em concretos e abstratos; concretos são os que dispõem para um único e específico caso, e se esgotam nessa aplicação, tais como nas hipóteses de exoneração de funcionário e declaração de utilidade pública para fins de desapropriação. São abstratos os atos que dispõem para casos que possam se repetir, não se esgotando mesmo depois de reiteradas aplicações, sendo o regulamento um exemplo típico dessa espécie de ato administrativo." A assertiva acima está correta, eis que retrata a classificação apresentada por Diógenes Gasparini (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17^a ed. São Paulo: Saraiva. P. 130) quanto à **natureza do conteúdo**. Nesse passo, conteúdo (aquilo de que algo é constituído, formado; segundo Houaiss) tem o mesmo significado do termo (estrutura) utilizado figurativamente por Celso Antonio Bandeira de Melo. A classificação desse último quanto à **natureza da atividade** não tem qualquer pertinência com natureza do conteúdo. Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 28

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 34 e 46; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 14; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 23, 29 e 33.

PARECER: A alternativa "C" contém afirmativa correta à luz do disposto no art. 927 do Código Civil Brasileiro.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 30

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 16; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 59.

PARECER: Recurso 16: Não tem razão, pois a resposta correta é somente a alternativa "D", haja vista que o artigo 200 do Código Penal Brasileiro (CPB) destaca a ***suspensão ou abandono coletivo de trabalho*** e a questão destaca ***interrupção***. Demais alternativas estão de acordo com os artigos 197, 198, 199 e 202 do CPB. Recurso 59: Não tem razão, pois a questão correta considerada pela Comissão é a alternativa "D", e nas razões do recurso aborda como alternativa correta a "C". A resposta correta é somente a alternativa "D", haja vista que o artigo 200 do Código Penal Brasileiro (CPB) destaca a suspensão ou abandono coletivo de trabalho e a questão destaca interrupção. Demais alternativas estão de acordo com os artigos 197, 198, 199 e 202 do CPB.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS

APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 32

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 01, 06, 13, 15, 16, 31, 34, 38, 39, 42, 43, 47, 51, 52, 55 e 58; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 02, 08, 10, 12, 14, 17, 18, 26, 30, 32, 37, 41, 44, 45, 49, 56, 59, 61 e 63; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 07, 11, 19, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 33, 35, 40, 53, 54, 57, 60, 62 e 64.

PARECER: A questão "A" também está incorreta, nos termos da Súmula 377 do TST.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO N° 32, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 37

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 01, 09, 46 e 51; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 02 e 41; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 27, 28, 35, 40 e 57.

PARECER: A letra "A" se refere ao acompanhamento de reclamações, portanto nada diz em relação às ações especiais, logo está correta, pois em reclamações (dissídios individuais) cabe o *jus postulandi*.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 41

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 05, 20, 53, 57 e 62.

PARECER: A questão impugnada tem o seguinte comando: "**41. Assinale a alternativa CORRETA:**". A alternativa "C" é a indicada no gabarito para ser assinalada. A alternativa "B", que os recorrentes alegam está correta, tem a seguinte redação: "*b) De acordo ainda com artigos 890, 891 e 892 da CLT, nas prestações sucessivas por prazo determinado, a execução pelo não-pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem; enquanto que nas prestações sucessivas por prazo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução (Art. 892, CLT). E na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.*". A alternativa "B" está incorreta. Observemos que o comando inicial da alternativa vincula as obrigações sucessivas por prazo determinado e por prazo indeterminado nos termos da disciplina jurídica exclusivamente dos artigos 890, 891 e 892 da CLT. De outro lado, a **obrigação indivisível** com pluralidade de credores não é disciplinada pela CLT, mesmo pelo art. 291, do CPC.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 44

Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 61.

PARECER: A alternativa "B" está incorreta porque a Justiça do Trabalho é composta de Tribunais e Varas. O 1º Grau são as Varas, o 2º Grau são os Tribunais Regionais e o Grau Superior é o TST. Se a alternativa se refere a Tribunal Trabalhista, vai contra a Súmula 392, que se refere à Justiça do Trabalho (corpo integral).

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER**

DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO N° 44, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO VOTO DO RELATOR.

QUESTÃO 46

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 23.

PARECER: O enunciado da questão é o seguinte: "46. No processo coletivo do trabalho, a execução das decisões proferidas na ação coletiva sobre a validade ou invalidade de atos normativos, assinale a alternativa **CORRETA**". O gabarito aponta a alternativa "D" para ser assinalada. O recurso é dúbio, ou inepto, quando afirma que a alternativa "B" também está incorreta, além da "D". (grifo nosso). De outro lado, reafirma-se que só existe uma alternativa correta no enunciado, a alternativa "D". O recurso não merece provimento, porque a doutrina pacífica e atual sedimenta que "se a decisão acolher apenas a desconstituição do contrato ou do instrumento normativo, declarando a validade ou invalidade do negócio jurídico, não execução a ser feita com relação a esse objeto, porque a decisão vale pelo seu próprio efeito - *declaratório ou constitutivo negativo*" (Op. cit. MELO, Raimundo Simão de. Processo Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2003, p. 288). A execução de tutela coletiva na Justiça do Trabalho é baseada no microssistema de tutela coletiva, integrando, naquilo que lhe é especificamente aplicável, por dispositivos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 7.347/85 (Ação Civil Pública), CPC, CLT e Constituição Federal de 1988.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 48

Relator(es): Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 37; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 19 e 20.

PARECER: O enunciado da questão é o seguinte: "Na execução em sede de Ação Civil Coletiva, considerando os dispositivos legais, é CORRETO afirmar que:". O gabarito aponta a alternativa "E" para ser assinalada. A alternativa "C" - apontada pelos recorrentes - não está correta. Sua redação é a seguinte: "c) A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado, sendo competente para a execução o juízo da ação condenatória, no caso de execução individual ou coletiva." (grifamos). Observemos que o enunciado da alternativa trata **exclusivamente** de **execução coletiva**, apontando como competente à execução o juízo da ação **condenatória**, no caso de execução **individual** ou coletiva. O § 1º, do art. 98, do CDC, cuida da execução coletiva com base na certidão de trânsito em julgado. Tratando-se de execução exclusivamente coletiva, a regra que se aplica é a do § 2º, do art. 98, do CDC, qual seja: "§ 2º, É competente para a execução o juízo: II - da ação condenatória, quando coletiva a execução". A alternativa está INCORRETA porque, quando define que se trata de **execução coletiva**, NÃO PODERIA atribuir competência à execução "**o juízo da ação condenatória**, no caso de **execução individual**". Já a questão da legitimidade das associações, também questionada, não tem amparo à luz do art. 98, c/c o art. 82, IV, do CDC.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 50

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 36.

PARECER: A inclusão automática das CDA como título executivo extrajudicial no processo do trabalho ocorre diretamente pela norma constitucional (EC 45/2004), conforme o art. 114, da CRFB de 1988, a qual, nos seguintes termos: "Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)". O inciso VII, do art. 114 em referência, recepciona o art. 642 da CLT, o qual já previa "A **cobrança judicial das multas** impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à **cobrança da dívida ativa da União**". (grifamos). A questão 50 possui o seguinte comando: "**50. São títulos executivos extrajudiciais admitidos ao processo do trabalho, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas:**". A alternativa "E" é a indicada a ser assinalada: "e) Os Termos de compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados perante o MPT com conteúdo obrigacional; os termos de conciliação celebrados perante a CCP (Comissão de Conciliação Prévia) com conteúdo obrigacional; as certidões de dívida ativa (CDA) decorrentes das multas aplicadas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho." Portanto, as certidões de dívida ativa (CDA) decorrentes das multas aplicadas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho já estão previstas no art. 642 da CLT e, sendo que, com a EC 45/2004, a competência material à execução passou à Justiça do Trabalho. Com efeito, a alternativa "E" está fundada na aplicação sistemática dos artigos 876 e 642, ambos da CLT, este último recepcionado pelo inciso VII, art. 114, da EC 34/2004. Esse é o entendimento de Carlos Henrique Bezerra Leite: em virtude do princípio da máxima efetividade das normas constitucionais, "qualquer ação", seja ela de cognição, cautelar ou executiva, que tenha por objeto matérias relacionadas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho. Logo, por ser a ação de execução fiscal uma espécie do gênero "ação", parece-nos que não há como olvidar que a Justiça do Trabalho é agora a competente para processá-la e julgá-la. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 237. No mesmo sentido é o entendimento de Marcos Neves Fava, segundo quem a competência para o gênero "ações" induz, por corolário lógico, a da espécie "execução". As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho - Primeira leitura do art. 114, VII, da Constituição da República. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves. Justiça do Trabalho: competência ampliada. São Paulo: LTr, 2005, pp. 354.
Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 51

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 35 e 60.

PARECER: Assim dispõe o enunciado da questão 51: "**51. Sobre a estrutura orgânica do sistema de cumprimento da sentença trabalhista que reconhece obrigações de pagar por quantia certa, é CORRETO afirmar que:**" O gabarito aponta a alternativa "E" para ser

marcada. E a questão é a seguinte: "Concedido o prazo às partes para a impugnação dos cálculos de liquidação, haverá preclusão: I. temporal, se exaurido in albis o respectivo; II. consumativa, se houver impugnação (genérica ou específica)." A resposta está correta, à luz dos arts. 877 e 878 da CLT e da doutrina de Carlos Henrique Bezerra: "Se o juiz conceder prazo a qualquer das partes para a impugnação da conta liquidanda, haverá preclusão: a) temporal, se escoado in albis o prazo respectivo; consumativa, se houver impugnação (genérica ou específica)." BEZERRA, Carlos Henrique. São Paulo: LTr, 2009, p. 792.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 52

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 06.

PARECER: O enunciado da questão recorrida é o seguinte: "52. Na execução em face da Fazenda Pública, é **CORRETO** o procedimento judicial trabalhista". A alternativa apontada como CORRETA é a letra "E". O recurso não aponta especificamente incorreção na alternativa "E", limitando-se à genérica afirmação de que não está em consonância com o item 8.4.3 do edital do concurso. A alternativa "E" está correta, pois se baseia no art. 3º, e no art. 7º, alíneas "A" e "B" da vigente Instrução Normativa nº 32/2007 do C. TST.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 53

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 13, 31, 42, 43, 46, 47, 52, e 55; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 04, 14, 56 e 59; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 27, 36, 40, 57 e 62.

PARECER: O enunciado da questão é o seguinte: "53. Assinale a alternativa CORRETA:" O gabarito aponta a alternativa "E" para ser assinalada. A alternativa "E" tem a seguinte redação: "Estão corretas as alternativas das letras "a" e "d", mas estão erradas as alternativas das letras "b" e "c". Vejamos: A alternativa "A" está correta porque baseada no § 3º, do art. 844 da CLT. A alternativa "D" também está correta porque é a reprodução do vigente parágrafo único, do art. 836 da CLT. Já a alternativa "B" está errada porque a disciplina do § 5º, do art. 844 da CLT não sucumbe aos efeitos da coisa julgada material; logo, "Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal", questão que pode ser arguida em sede de embargos à execução ou à penhora, e, ainda, em sede de agravo de petição, não sendo hipótese de ação rescisória. A alternativa "C" está errada porque a matéria relativa aos embargos não está absolutamente restrita à hipótese do § 1º, do art. 844 da CLT, à medida que também, em sede embargos (como reproduzido na referida alternativa), mas também admite as hipóteses do § 5º, do art. 844 da CLT. Por conseguinte, a alternativa "E" era a ser assinalada.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 56

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 13, 16, 25, 48, 50, 51 e 55; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 04, 10, 14, 17, 49, 56 e 61; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 07, 11, 20, 22, 27, 29, 35, 53, 54, 57, 62 e 64.

PARECER: O enunciado da questão é o seguinte: "56. Assinale a alternativa **INCORRETA**". O gabarito indica a alternativa "D" a ser marcada. A alternativa "A", apontada como incorreta, pelos recorrentes, é a mera reprodução da OJ 30 da SDI-2 do TST, portanto, não há configuração de erro material, nem que tenha sido revogada, tampouco que haja violação ao item 8.4.2 do Edital. A referida OJ, que é o exato texto da alternativa "A", assim dispõe: "Não se acolhe, por violação do art. 920 do Código Civil de 1916 (art. 412 do Código Civil de 2002), pedido de rescisão de julgado que: a) em processo de conhecimento, impôs condenação ao pagamento de multa, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial nº 54 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST (30.05.94), incidindo o óbice da Súmula nº 83 do TST; (ex-OJ nº 30 da SDI-2 - inserida em 20.09.00) b) em execução, rejeita-se limitação da condenação ao pagamento de multa, por inexistência de violação literal. (ex-OJ nº 31 da SDI-2 - inserida em 20.09.00)". A alternativa "D" - a opção do gabarito - deve ser marcada porque é a alternativa incorreta definida na questão. Observe-se que a questão dispõe que: "Uma vez tendo exaurido o prazo conferido à **Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal** à oposição de embargos, e transitada em julgado a decisão, tratando-se de dívida sujeita à expedição de precatório, **o juiz requisitará o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal correspondente, salvo quando se tratar de crédito de pequeno valor, caso em que o juiz da execução requisitará o pagamento diretamente à autoridade citada** para o processo de execução, pelo modo e procedimentos da Instrução Normativa 32/2007 do Tribunal Superior do Trabalho." (Grifamos). Nos termos da IN 32/2007, art. 5º, no caso de RPV em face da **Fazenda Federal**, a requisição deve ser feita pelo presidente do TRT e **não pelo juiz da execução**, pois assim dispõe o referido artigo: "Art. 5º As requisições de pagamento que decorram de precatório ou as de pequeno valor, quando a devedora for a União, serão expedidas pelo Juiz da execução e dirigidas ao presidente do Tribunal". Já o art. 6º, da IN 32/2007, estabelece que "Nos casos de créditos de pequeno valor de responsabilidade das Fazendas Públicas Estadual, Distrital ou Municipal, as requisições serão encaminhadas pelo Juiz da execução ao próprio devedor". Observem-se, ainda, o art. 730, I, do CPC e o § 3º, do art. 100, da CF/88.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 57

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 15, 34, 48 e 55; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 37 e 56; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 19, 54 e 60.

PARECER: A questão impugnada tem o seguinte comando: "57. Conforme a jurisprudência sumulada do STF, em matéria de execução trabalhista, é **INCORRETO** afirmar que:". A alternativa apontada pelo gabarito é a "B". A alternativa "B" está assim redigida: "b) É provisória a execução na pendência de recurso extraordinário, ou de

agravo destinado a fazê-lo admitir". A alternativa "B" foi elaborada com base na Súmula 288 do STF, que assim dispõe: "**Não é provisória a execução na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo destinado a fazê-lo admitir**". A referida súmula - ao contrário das alegações - não foi revogada pela Súmula 84 do STJ, até porque, na ordem jurídica brasileira, súmulas de tribunal inferior à Suprema Corte não revogam súmulas consolidadas desta. Na página base de jurisprudência do STF, a Súmula 288 não consta como cancelada, tampouco como revogada, motivo pelo qual, em matéria desta natureza, o STF ainda julga com base nesse sumulado. Não há, pois, dissonância em face do art. 33, da Resolução 75/2009 do CNJ. Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 59

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 15, 31, 47 e 58; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 08, 14, 24, 26 e 59; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 05, 07, 11, 28, 35, 36, 40, 53, 57, 62 e 64.

PARECER: A questão 59 possui o seguinte comando: "**59. Assinale a alternativa INCORRETA:**". O gabarito aponta a **alternativa "C"** para ser assinalada. A alternativa "B", que tem a seguinte redação na questão, está correta: "*b) A interposição do agravo de petição permite a execução imediata da parte remanescente não impugnada até o final, por carta de sentença, sempre requerida pelo exequente.*" A questão apresentada trata da possibilidade da execução definitiva por meio de carta de sentença (e **não nos próprios autos**). A impugnação à alternativa "D" nos recursos porque "está incorreta", e que, por isso, contraria a OJ 07 do Tribunal Pleno do TST, porque "a partir de 31.03.2011 passou a ter a seguinte redação (...)", merece acolhimento. A alternativa impugnada tem a seguinte redação: "*d) A partir da data da publicação da Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97, os juros de mora a serem aplicados nas condenações impostas à Fazenda Pública são de 0,5% ao mês, e não de 1% ao mês*". Embora baseada no item "B" da OJ 07 do Pleno do TST, a alternativa - ao deixar de especificar que os juros de mora são à base de 0,5% ao mês apenas ao período de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-3 - contraria o item II da mesma OJ, que assim dispõe: "*II - A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009*". Conclui-se que a alternativa "D" também está incorreta, levando à sua anulação por contrariedade ao item o item 8.4.2 do edital do concurso.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 59, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 60

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 42; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 36.

PARECER: A questão recorrida tem o seguinte comando: "**60. Assinale a alternativa INCORRETA:**". O gabarito aponta a alternativa "E" a

ser marcada, cujo enunciado é o seguinte: e) São incorretas as alternativas "a", "b", "c" e "d". A alternativa "A", questionada pelos recorrentes, é a seguinte: "a) *É possível a execução provisória incidente em dinheiro, nos termos do Art. 475-O, do CPC, quando feita a caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos, pois não fere direito líquido e certo do impetrante quando, citado à nomeação de bens na ordem do artigo 655 do CPC no prazo legal, o devedor deixa de nomear outros bens à penhora*". A alternativa, ao contrário do alegado nos recursos, **está correta**, porque: a) trata-se de execução provisória em dinheiro nos termos do art. 470-O do CPC, isto é, mediante caução; b) porque o executado foi citado e não indicou bens à penhora. O item III da Súmula 417 do C. TST cuida de outra hipótese, isto é, considera a violação ao direito líquido e certo a penhora em dinheiro, em sede de execução provisória, quando o executado nomeia bens à penhora, o que não é o caso da alternativa "A". Vejamos: "III - *Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ nº 62 da SBDI-2 - inserida em 20.09.2000)*". Portanto, a questão só poderia ser tida como contrária ao item III da referida súmula se fosse a reprodução literal desta e, como tal, fosse apontada como possível a execução provisória em dinheiro. Também estão corretas as alternativas "B", (conforme a disciplina do artigo 659, X, CLT e a OJ 65, SBDI-2, do TST), "C" (de acordo com a literalidade do art. 790, § 1º, da CLT) e "D" (conforme a Súmula 417, III, do TST).
Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 61

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 47; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 18.

PARECER: O Recurso 18 apresenta fundamentação equivocada, eis que a alternativa "E", na aludida questão, apresenta-se realmente incorreta porquanto a assertiva a ser assinalada é a "B", conforme claramente indicado no gabarito. No tocante ao recurso 47 não merece prosperar a oposição do recorrente à alternativa "E", assim redigida: *São limites temporais que impedem a emenda à Constituição Federal em determinados momentos: a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (§ 1º, art. 60 da Constituição Federal)*. A incorreção repousa na afirmação "são limites temporais"; o § 1º do art. 60 da CF/88 versa sobre os limites circunstanciais ao poder de reforma - BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, p. 204; "limites temporais têm por objetivo conferir estabilidade ao texto constitucional por um período mínimo ou resguardar determinada situação jurídica por um prazo prefixado" - BARROSO, Luís Roberto, Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2013, p. 171/173; a limitação temporal está prevista no § 5º do art. 60 da CF/88)

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 62

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes -
Recurso(s) 15.

PARECER: A alternativa impugnada está assim disposta: "O Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, pode legislar sobre a incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas." Versa, por conseguinte, sobre a competência do Congresso Nacional elencada no inciso VI do art. 48 da Constituição Federal, hipótese para a qual é necessária a sanção presidencial e que não se confunde com as competências discriminadas nos artigos 49, 51 e 52.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 68

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes -
Recurso(s) 25.

PARECER: A questão sob impugnação tem comando com a seguinte redação: "Análise as proposições a seguir segundo as regras ditadas na Constituição Federal...". Desse modo, considerando que a citada alternativa apresenta a redação disposta no art. 173, § 1º, IV e § 2º da Constituição Federal, não cabe a impugnação fundamentada em jurisprudência ou em norma diversa daquela exigida no comando da questão.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 74

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes -
Recurso(s) 15.

PARECER: A alternativa impugnada assim dispõe: "Nas obrigações de dar coisa certa prevalece o princípio jurídico de que o acessório segue o principal. Dessa forma, não resultando o contrário do título ou das circunstâncias do caso, o devedor não poderá se negar a dar ao credor aqueles bens que, sem integrar a coisa principal, constituam-se acessórios desta." Trata-se da exegese exata do art. 233 do Código Civil Brasileiro (GAGLIANO, Pablo Stolze & PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso Direito Civil, volume 2. 15ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013. P. 78).

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 76

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira -
Recurso(s) 03, 53, 57 e 64.

PARECER: Não há incorreção na alternativa "D": "Na formação dos contratos, se a retratação do proponente chegar ao conhecimento da outra parte antes da proposta, ou simultaneamente a esta, deixará de ser obrigatória." Esta é a única interpretação possível do inciso IV do art. 428 do Código Civil Brasileiro, não tendo o recorrente apresentado oposição compreensível a esse conteúdo. A alternativa "E" trata exclusivamente da hipótese de vício desconhecido pelo alienante, correspondendo à segunda parte do art. 443 do Código Civil Brasileiro.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 78

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 11.

PARECER: Sem razão. O item IV contempla, na verdade, as regras dispostas nos artigos 940 e 941 do CCB.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 79

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 06 e 38; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 37, 41, 56 e 61; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 20, 36, 40, 54, 57 e 62.

PARECER: Considerando o enunciado da questão em análise em que tratou de legislação, procedem as razões dos recursos, que alegam que o art. 65 do ECA não foi recepcionado pelo art. 7º, XXXIII, da CF/88.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 79, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 81

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 19, 57 e 60.

PARECER: Não se conhece do recurso 3, pois falta fundamento. Diz que não possui enunciado válido, mas nada aponta. A questão reforma a teoria de Liebman, adotada pelo CPC. As quatro primeiras alternativas traduzem os pressupostos processuais e as condições da ação, previstas nos incisos IV e VI do artigo 267 do CPC. A única alternativa incorreta é a letra "E", uma vez que aponta que a parte tem capacidade de estar em juízo, mesmo não tendo capacidade para ser parte. Quem não detém capacidade de ser parte, isto é, não pode praticar atos da vida civil, é titular de direito material, não tem legitimidade processual, pois, dependendo do caso, tem que estar representado ou assistido processualmente.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 82

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 60.

PARECER: O recurso carece de maior fundamento, não aponta qual sistema entende correto, no que tange a doutrina dominante ou jurisprudência pacificada.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 84

Relator(es): Desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 46.

PARECER: A matéria resta pacificada. O artigo 253 do CPC c/c o artigo 105 do CPC, erguem-se como normas cogentes, de curso obrigatório, pois se trata de competência funcional. Ainda, o comando da questão se refere à doutrina dominante de Arruda Alvim e o recorrente não aponta conteúdo doutrinário dominante divergente.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 86

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 01, 06, 09, 13, 16, 31, 34, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55 e 58; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 02, 04, 10, 12, 14, 21, 24, 30, 32, 37, 44, 45, 49, 56, 59, 61 e 63; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 05, 07, 11, 19, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 40, 54, 57, 60, 62 e 64.

PARECER: As alternativas "B" a "E" estão corretas de acordo, respectivamente, com as Súmulas 733, 735, 624 e 641, do STF. Alternativa "A" está incorreta, pois não é qualquer Ação Direta de Constitucionalidade. A Súmula 729 se refere exclusivamente à ADC número 4, enquanto o comando da questão se refere a toda e qualquer ADC. O gabarito apontou a alternativa "E", quando deveria ser a alternativa "A". Considerando que a alternativa correta não é a que consta do gabarito oficial inicialmente divulgado, a alteração poderá trazer prejuízo a candidatos, pelo que se resolve anular a questão.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 86, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS DA COMISSÃO EXAMINADORA E NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR DO RECURSO 03.**

QUESTÃO 88

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 25; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 04; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 07, 35 e 57.

PARECER: A letra "B" constou o § 3º do artigo 17 da Lei de Improbidade Administrativa revogado, logo a questão deve ser anulada, pois apresentada duas alternativas a serem assinaladas.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PROVIMENTO, PARA ANULAR A QUESTÃO Nº 88, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 91

Relator(es): Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 37; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 29.

PARECER: Não têm razão, pois a questão correta considerada pela Comissão é a alternativa "E" diante da transcrição do artigo 190 da CF/88. Nos pontos abordados pelos recursos na alternativa "B", o erro está na sequência "pessoa física e jurídica" (condiciona), quando correto é "pessoa física ou jurídica" (alterna).

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 92

Relator(es): Desembargador José Edílssimo Eliziário Bentes - Recurso(s) 16; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 56 e 61; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 11, 36, 60 e 64.

PARECER: Não têm razão, pois a questão correta considerada pela comissão é a alternativa "B", pois o artigo 4º da Convenção 138 da OIT, não destaca a obrigatoriedade "deverá", mas sim a faculdade "poderá". As demais alternativas estão de acordo com os artigos 3º, 5º, 13 e 16 da Convenção 138 da OIT.

Decisão: **RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.**

QUESTÃO 94

Relator(es): Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 36.

PARECER: Eis o comando da questão: "94. Sobre as contribuições sociais em sede das decisões trabalhistas, é **INCORRETO** afirmar:". O gabarito aponta a alternativa "B" para ser marcada. A questão apontada como incorreta pelo recorrente possui a seguinte redação: "c) que, conforme o art. 43 da Lei nº 8.212/91, o Juiz do Trabalho deve, de ofício, nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, determinar o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social, sob pena de responsabilidade". O art. 43, da Lei 8.213/91, assim dispõe: "Art. 43. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social". A expressão "sob pena de responsabilidade" constitui a obrigação de ofício para, o Juiz, em sede das ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, determinar o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social. A alternativa está correta.

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

QUESTÃO 98

Relator(es): Desembargador José Edílson Eliziário Bentes - Recurso(s) 15 e 31; Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho - Recurso(s) 04; Advogada Emília de Fátima da Silva Farinha Pereira - Recurso(s) 03, 28, 54, 57 e 60.

PARECER: O enunciado da questão é o seguinte: "98. Sobre o auxílio-doença, nos termos da Lei nº 8.213/91, é **INCORRETO** afirmar:". O gabarito indica a alternativa "D" para ser assinalada, cuja redação é a seguinte: "d) que o segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada não é obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença." (Grifamos). A alternativa tem por base o art. 63 e seu parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, que assim dispõe: "Ar. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado. Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença." (Grifamos). Como se observa, a alternativa está incorreta porque usa a expressão "não é obrigada", enquanto o parágrafo único, art. 63, usa a expressão "ficará obrigada". Logo, a alternativa "D" é a incorreta e deveria ser assinalada. As alternativas "A", "B" e "E" - apontadas como incorretas pelos recursos - **estão corretas**, porque são fundamentadas nos artigos 50 e parágrafo único, 25, 26, e 47, todos da Lei nº 8.213/91. A alternativa "A" funda-se nos seguintes dispositivos: parágrafo único, art. 59; arts. 25, 26, e 47, todos da Lei nº 8.213/91. **Art. 59, da Lei 8.213/91:** "O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos". **Parágrafo Único do art. 59:** "Não será

devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão." **Art. 25:** "A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social **depende dos seguintes períodos de carência**, ressalvado o disposto no **art. 26: I - auxílio-doença** e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais". Já a alternativa "B" adota como fundamento o **Art. 26, da Lei 8.213/91**. **Art. 26:** "Independente de carência a concessão das seguintes prestações: I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente; II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho". A alternativa "E" baseia-se no **art. 47, da Lei 8.213/91:** "Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento: I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará: b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados".

Decisão: RESOLVE A COMISSÃO DE CONCURSO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA.

Belém, 25 de agosto de 2014

JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES
Presidente

GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Membro

EMÍLIA DE FÁTIMA DA SILVA FARINHA PEREIRA
Membro - OAB-PA